



FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Fernanda Monteiro da SILVA

Ingrid Aparecida Cordeiro da SILVA

O ESTADO CIVIL DA MULHER NOS ANOS DE 1970

São Paulo

2013

Fernanda Monteiro da Silva
Ingrid Aparecida Cordeiro da Silva

O ESTADO CIVIL DA MULHER NOS ANOS DE 1970

Trabalho temático interdisciplinar baseado na obra *As Meninas* de Lygia Fagundes Telles, apresentado para avaliação dos docentes da grade curricular do 2º semestre do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

São Paulo

2013

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 BREVE HISTÓRICO DO CASAMENTO MONOGÂMICO	6
3 ELAS QUEREM É CASAR	9
4 O FEMINISMO DOS ANOS 70 NASCEU DENTRO DA DITADURA.....	12
5 DÉCADA DE 1970 E O CASAMENTO	14
6 O ESTIGMA DA MULHER SOLTEIRA	15
7 O LUGAR DA MULHER CASADA NOS ANOS 70.....	16
8 CASAMENTO E SEGURANÇA.....	18
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS.....	21

1 INTRODUÇÃO

Lygia Fagundes Telles conserva ainda a vivacidade e o entusiasmo, embora conte atualmente 80 anos. Lúcida, simpática e bem disposta não se nega a dar uma entrevista e seus olhos brilham quando fala de Literatura. Sua voz doce e pausada não envelheceu. Ao ouvi-la, parece que ouvimos a Lygia jovem que fala lá do passado, de quando começou a escrever. Faz parte dos grandes nomes da literatura brasileira e o romance *As Meninas*, detentor de vários prêmios literários, é considerado o ápice de seu amadurecimento literário. Apesar de seu caráter intimista e psicológico trata-se, também, de um romance engajado que aborda o cotidiano de três jovens universitárias - Ana Clara, Lorena e Lia - durante a década de 1970, auge da ditadura militar.

O militarismo reinante na época impunha seus valores rígidos à sociedade civil estendendo-se para fora do Exército e alcançando famílias, empresas e instituições. O modelo patriarcal se repetia nas famílias, nas quais havia a figura do patriarca, que comandava filhos e esposa, bem como nas empresas, uma forte hierarquia a ser seguida. Entretanto, a década de 70 foi também um período de grande contestação e efervescência cultural e social. O mundo estava sendo chacoalhado pela guerra do Vietnã, pela explosão do *rock-and-roll*, o movimento *hippie*, os movimentos antirraciais, como os Panteras Negras nos Estados Unidos, o movimento feminista no Brasil e, principalmente, os movimentos de esquerda que enfrentaram, de todos os modos, a ditadura militar.

Interessa-nos o movimento feminista da década de 70, pois pretendemos abordar o casamento sob a ótica feminista. Nossas três protagonistas são jovens universitárias vivendo um momento de ruptura dentro desse mundo patriarcal que começa a ser questionado.

Representam uma pequena parcela de mulheres privilegiadas com poder de escolha sobre questões cruciais à época - casamento, virgindade, carreira universitária, independência financeira e controle da natalidade. A pílula anticoncepcional já era uma realidade, embora ao alcance de poucas.

Abordaremos o casamento sob o viés feminista, mas, sobretudo, pelos olhos de Ana Clara, Lia e Lorena. Elas se apresentam ao leitor parecendo muito modernas e livres, mas ao longo da narrativa irão revelar o quanto ainda sofrem o peso de uma cultura dentro da qual “mulher sem homem é mulher sem nome”. Lembrando a fala da mãe de Lorena à jovem Lia: “- Mulher sem homem acaba tão complexada, tão infeliz.” (TELLES, 1985, p. 220).

Citaremos, além das fontes de nossas pesquisas, trechos e falas das personagens quando conversam entre si sobre casamento. Elas constantemente se revelam ao leitor, mostrando o dilema de garotas que têm a chave da liberdade nas mãos, mas ainda não sabem ao certo como abrir a porta.

2 BREVE HISTÓRICO DO CASAMENTO MONOGÂMICO

O casamento que conhecemos hoje sofreu profundas mudanças tanto do ponto de vista legal, social e, podemos afirmar também, cultural. A legalização do divórcio e o novo código civil representam alguns dos importantes avanços alcançados pela sociedade, especialmente, pela mulher, que foi sempre a parte mais vulnerável na questão. Mas não foi sempre assim; através de uma apurada pesquisa sobre a união entre homens e mulheres, conceitua-se selvageria, barbárie e civilização explanando cada tipo de união predominante nestas fases que antecederam a sociedade tal qual a conhecemos.

Segundo Engels (2012, p. 63-64):

Baseia-se no domínio do homem com a finalidade expressa de procriar filhos cuja paternidade fosse indiscutível e essa paternidade é exigida porque os filhos deverão tomar posse dos bens paternos, na qualidade de herdeiros diretos.

Não foi, portanto, a ideia de amor romântico que determinou o casamento monogâmico, mas, sim, a necessidade de aumentar e garantir o patrimônio. O dote da noiva, bem como suas posses e os bens do noivo revelavam o que seria uma boa união, um bom casamento.

Sobre a divisão do trabalho que definia o homem como o provedor e cabeça do casal e a mulher responsável pela administração do lar e a criação dos filhos

O trabalho doméstico da mulher perdia agora sua importância perante o trabalho produtivo do homem. Este trabalho passou a ser tudo e aquele, uma insignificante contribuição. Demonstra, desde já, que a emancipação da mulher, sua equiparação ao homem, é e continuará sendo impossível, enquanto ela for excluída do trabalho social produtivo e confinada ao trabalho privado doméstico. (ENGELS, 2012, p.153).

A família monogâmica reflete o conflito entre homem e mulher que se originou pela dominação do homem sobre a mulher e que perdura até os dias de hoje.

O Catolicismo, cujo dogma “o que Deus uniu o homem não separa” também contribuiu com o caráter religioso para sacralizar a união. O divórcio foi legalizado no Brasil somente em 1977, pela Lei 6.515 sancionada pelo Presidente Geisel, apesar de possibilitar o desquite, ou seja, desquitados não poderiam casar-se novamente, ainda assim à época afirmava-se que sua legalização iria provocar a dissolução da família brasileira. Citavam-se, costumeiramente, os Estados Unidos, país no qual o divórcio já era um direito conquistado há muito tempo, como um exemplo de degradação familiar.

A imposição da monogamia, entretanto, só era imputada à esposa exigindo-se a virgindade da mulher solteira, sob pena de ficar excluída e discriminada, não somente pela sociedade, mas por sua própria família. Ao homem casado, principalmente àqueles que sustentavam honradamente sua família, era reservado o direito de recorrer às amantes ou concubinas, fato que suas esposas fingiam ignorar. O mesmo não era permitido às mulheres e o argumento de se “lavar a honra com sangue” era aceito com naturalidade por grande parte da sociedade quando a infidelidade vinha da parte da esposa.

Soma-se a isto o fato de que as mulheres da época não estudavam e nem trabalhavam, não tinham, pois, condições de sustentar a si e aos filhos que eram, sempre, encargo da mãe.

A cultura vigente se encarregou de fazê-las assumir seu papel sem rebelião, alienando-as, negando a elas o acesso ao estudo, ao trabalho e, conseqüentemente, à liberdade. Para isso foi criado o mito da “rainha do lar”.

Engels demonstra, por meio de suas pesquisas, que antes do casamento monogâmico de modelo patriarcal houve, durante muito tempo, entre os povos que precederam a fase capitalista do mundo, casamentos poligâmicos que compreendiam desde a poligamia, a poliandria e os casamentos grupais. Vários homens se relacionavam com várias mulheres e vice versa, sendo os filhos nascidos dessas uniões considerados filhos de todos, sem distinção. Dentro dessas sociedades somente as mães sabiam exatamente quem eram seus filhos, sendo a descendência e a herança contadas pela linhagem materna. Cabia também à mulher tarefas e trabalhos pesados, como, por exemplo, trabalhar a terra, plantar, colher, provando que as mulheres trabalhavam tão ou mais pesadamente que os homens. Seu trabalho

era, portanto, extremamente valorizado e vários autores defendem que houve nessa fase um “matriarcado”.

Contraditoriamente, o modelo capitalista de ideologia burguesa criou o mito da mulher frágil e desprotegida, cujo trabalho deveria se restringir às tarefas de criar os filhos e administrar o lar. Com o fim da sociedade baseada na troca surgiu a moeda e o livre comércio e, assim, o mundo adentrou definitivamente o capitalismo. O casamento se tornou monogâmico devido aos fins de se garantir e expandir o patrimônio, bem como assegurar os herdeiros.

Para algumas autoras feministas, este foi o momento histórico no qual a mulher perdeu o seu poder e prestígio, ficando à mercê do homem, primeiramente do pai, depois do marido. Em uma das publicações de Beauvoir (1960, p. 109) afirma que a mulher só escapa dessa opressão na medida em que escapa da família.

Em 1970 o modelo vigente não diferia muito do que acabamos de explanar. De que forma, então, as três protagonistas, jovens, estudantes, livres e com a possibilidade de escolha que foi negada a tantas outras jovens da mesma idade encaram o casamento?

3 ELAS QUEREM È CASAR

Quem mais quer casar se casar, Lorena? Quem? Só os padres e as prostitutas. E um ou outro homossexual, entende. [...] Adoraria me casar com M.N., não existe idéia mais jóia, queria me casar com ele, sou frágil, insegura. Preciso de um homem em tempo integral. (TELLES, 1995, p. 64)

Neste pequeno diálogo, Lia e Lorena se enfrentam diante da questão do casamento. Lia descobre que Lorena ainda é virgem e diz que Marcus Nemésius, seu namorado, é um burguês incompetente. Lorena está apaixonada por um homem casado com idade superior a dela e embora ele tenha deixado de ligar, mantém esperanças sobre o relacionamento. Sonhadora, idealiza a vida ao lado dele e em suas divagações se vê um dia sendo arrebatada para viver feliz para sempre.

Parece ao leitor, bastante contraditória, pois apesar de sua aparente fragilidade é ela quem ampara e cuida de Ana Clara durante as crises e também ela traz Lia de volta para a realidade, despertando-a várias vezes da utopia do mundo socialista.

Essa mesma Lorena tão cordata e tão racional em certas questões, quando se trata de casamento, torna-se quase uma Cinderela à espera do príncipe encantando que virá salvá-la da ansiedade e do perigo de viver a vida. Inteligente, ela estuda o tempo todo e das três, é a única que pretende se formar. Em nenhum momento, entretanto, deixa claro que pretende ter uma carreira, sempre apostando seu futuro nas mãos do homem mais velho, resgatando o pai que a doença tirou dela. Diz sem rodeios e sem pudores “quero casar, acho casamento lindo!” e sonhadora, projeta seu futuro.

Lia, por sua vez, também não esconde seus paradoxos por muito tempo. Critica Lorena, ora com ironia, ora como conselheira, e desdenha do casamento – “instituição falida” que, apesar de tudo, deu certo na estranha união de seus pais - uma doce e sentimental baiana e um alemão pragmático. Revela em certos momentos “que bom ter a família que eu tenho” revelando como o casamento dos pais se torna o porto seguro dela quando se sente aniquilada pela dura luta da militância política. Aos poucos o leitor descobre quem é Miguel, seu namorado, e indo mais a fundo, nos perguntamos se ela

não está na militância “por causa dele”. Sua grande preocupação é fugir para a Argélia e encontrar seu grande amor. Quando Telles (1985, p.200) diz que Miguel não queria ter filhos naquele momento, encarna a mulher tipicamente burguesa da época, sempre colocando o homem em primeiro lugar. Porém no mesmo momento é revelado o contrário:

Concordei, é evidente, mas tenho às vezes tanta vontade de me deitar como essa gata plena até a saciedade, tão penetrada e compenetrada de sua gravidez que não tem no corpo lotado espaço sequer pra um fiapo de palha. Daria a ele o nome de Ernesto. (TELLES, 1985, p. 200)

Lia pode ter uma visão menos sonhadora e mais realista do casamento, mas não foge tanto à regra e também acalenta o sonho de se casar com Miguel. Também parece estar colocando seu futuro nas mãos dele e ao que tudo indica está na militância mais por ele que por amor a causa. Vai à Argélia encontrá-lo para viver o sonho romântico dentro da militância. Diz ter abandonado os estudos em prol da causa esquerdista, mas também parece estar vivendo um sonho – a utopia de mudar o mundo ao lado de Miguel.

Finalmente, temos Ana Turva, como as amigas gostavam de chamá-la. Ao contrário de Lorena, de família rica e “quatrocentona”, e Lia, filha de mãe usineira, detesta relembrar suas traumáticas origens e há momentos nos quais o leitor já não sabe o que é real e o que é mentira a respeito dela. Talvez nem ela mesma saiba. Gosta de mentir e inventar outra vida para si mesma e o casamento é o passaporte para esse mundo. Pretende usar sua juventude e sua beleza como moeda de troca e também alimenta o sonho de casar e viver feliz para sempre ao lado do namorado Maximiliano. Ana Clara reúne todos os motivos do mundo para fugir de sua realidade e junto com Max vai buscar nas drogas e no álcool o escape necessário para lidar com sua dor constante. Pretende se casar com um milionário, homem asqueroso e de pensamento retrógrado, iludindo-se com a ideia de que ele irá lhe proporcionar o mundo com o qual ela tanto sonhou. Mas ela tem alguns problemas sérios a resolver para garantir seu casamento com o milionário. Está grávida de Max, pretende abortar, e em seguida realizar uma “vaginoplastia” – reconstrução do hímen para garantir ao noivo milionário que ela ainda é virgem. Das três protagonistas é quem mais aposta no casamento como tábua de salvação e também a que

mais ironiza a ideologia burguesa do casamento, embora seja, talvez, sua maior vítima. Em sua fala “fico virgem de novo e caso” – demonstra o quanto a imposição da virgindade era importante na época. Terminar a faculdade, trabalhar em sua área como psicóloga ou dedicar-se paralelamente à carreira de modelo como opção de vida não lhe passa pela cabeça. Ana Clara não quer ser independente e está a procura de alguém que cuide dela. Como ela mesma diz [...] Liberdade é segurança. Se me sinto segura, sou livre”. (TELLES, 1985, p.37)

4 O FEMINISMO DOS ANOS 1970 NASCEU DENTRO DA DITADURA

O capitalismo norte-americano pós-guerra prometia a prosperidade econômica, o consumo de bens duráveis e reforçava os valores da família e da moral protestante, nos quais a mulher dedicada à família era apresentada como a rainha do lar que comandava com competência e felicidade toda a nova parafernália de eletrodomésticos que o *boom* econômico dos pós-guerra possibilitava. (PINTO, 2003 p. 41)

O contexto social e político das décadas de 1960 e 1970 foram de extrema importância para o fortalecimento dos movimentos feministas, especialmente, nos Estados Unidos e na Europa. A Guerra do Vietnã havia posto fim ao sonho americano e colocava em cheque o lugar que a mulher havia assumido dentro da família. Na Europa o sonho da revolução socialista também estava ruindo e o mundo assistia ao nascimento de movimentos e grupos que desafiavam os valores e a hierarquia presentes.

O trono de “rainha do lar” já não parecia tão atraente para um grande número de mulheres que vislumbravam outras opções de vida.

A ideologia da contra cultura e do movimento hippie pregavam o amor livre reivindicando a liberdade sexual para homens e mulheres. Buscava-se construir uma sociedade firmada em novos valores baseados, sobretudo, na liberdade e igualdade entre homens e mulheres.

Enquanto tudo isso acontecia no mundo, o Brasil sofria as consequências do golpe militar de 1964 que perduraria por toda a década de 1970. O país vivia sob os “anos de chumbo”, período áureo da ditadura militar, com os generais Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, respectivamente, ocupando a presidência do Brasil.

Aos opositores do regime restavam a clandestinidade, a luta armada, o exílio ou o silêncio. Enquanto o ocidente estava sendo “varrido” pelas revoluções nosso país vivia o marasmo da ditadura. Apesar de todo o contexto desfavorável o feminismo renasce no Brasil dentro dos movimentos de esquerda, fortemente influenciado pelas ideias do feminismo americano e europeu.

Havia, porém, uma questão de hierarquia dentro dessa briga. Os movimentos de esquerda consideravam desnecessária uma causa que

pretendia libertar as mulheres quando já se lutava por um propósito maior – o de libertar o país da ditadura. Tratava-se de uma hierarquia de bandeiras e parecia a muitos uma “luta menor”.

As mulheres tiveram, pois, de brigar por aceitação até mesmo dentro do movimento da luta armada, provando que a causa feminista não excluía a luta pelos direitos civis e que havia uma especificidade de reivindicações típica de cada grupo – o movimento negro; a classe operária; a reforma agrária, entre outros.

Não havia, até então, uma discussão mais presente sobre a condição feminina, como se não houvesse uma discriminação contra a mulher.

É um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados. (PINTO, 2003, p. 46)

O movimento feminista colocou na pauta importantes questões como, por exemplo, a exploração do trabalho feminino, os salários menores pagos às mulheres quando exerciam a mesma função que os homens; a legislação trabalhista que não protegia as mulheres, etc. Muitas brasileiras sofreram o exílio juntamente com seus maridos e o contato dessas mulheres com os avanços dos movimentos feministas na Europa e Estados Unidos influenciou de maneira muito positiva o movimento feminista no Brasil, possibilitando a luta das operárias lado a lado com os homens nos movimentos sindicais. Contrariamente às mulheres burguesas, as operárias estavam igualadas aos seus homens pela pobreza, sendo a discriminação feminina menos gritante no proletariado que nas classes mais abastadas. Não havia patrimônio a ser resguardado.

5 DÉCADA DE 1970 E CASAMENTO

A mulher solteira é inexistente e de certa forma mutilada para a sociedade. Paralelamente aos movimentos da época, grande parte das revistas femininas reproduzia uma ideologia a ser seguida, aconselhando as mulheres a se desdobrarem de atenção para com o marido nos caso de adultério e nos cuidados com a casa, tornando-a um refúgio agradável para o seu retorno.

O adultério era sempre considerado um “deslize” que deveria ser ignorado e perdoado, inerente ao universo masculino.

Conforme Pinto (2003, p. 80) na legislação vigente à época, o homem ainda era a voz de comando em relação à mulher e os casos de violência doméstica eram tratados como uma questão de foro privado na qual o Estado não deveria interferir.

O mesmo não era válido quando a suspeita de infidelidade vinha da parte da esposa, sendo um direito legítimo do homem traído, ou que o julgasse ter sido, eliminar a mulher adúltera.

Porém, em 1976 um crime abalou a elite carioca transformando uma socialite assassinada pelo amante no estandarte de tantas outras mulheres anônimas também eliminadas por seus companheiros.

O empresário Doca Street alegando legítima defesa da honra desferiu 4 tiros na socialite Ângela Diniz - a Pantera de Minas - como era conhecida no meio, porque não aceitou o fim do relacionamento. Enquanto a imprensa se concentrava em retratar a vítima como uma mulher depravada e promíscua, Doca foi libertado após o primeiro julgamento, porém a repercussão do crime, bem como a ênfase no estilo de vida da vítima, provocaram uma grande campanha pública de caráter feminista, responsável pela sua condenação num segundo julgamento.

A morte da Pantera de Minas finalizava o direito de matar em nome da “defesa da honra” mostrando que o país começava a mudar. Pela primeira vez a violência contra a mulher ganhava visibilidade e instaurava o debate sobre a questão contribuindo para o surgimento de organizações como, por exemplo, o SOS Mulher, um dos primeiros mecanismos e aparatos que viriam a ser criados dali em diante com essa finalidade.

Consideramos que sair do lugar que, tradicionalmente, estava reservado às mulheres na década de 1970 não era nada fácil. Implicava romper várias barreiras - família, sociedade, trabalho e uma legislação arcaica que não a amparava. Ainda assim, muitas preferiam um casamento ruim à liberdade da “solteirice”. O estigma da “solteirona” naquela época assustava bem mais as mulheres que nos dias de hoje.

6 O ESTIGMA DA MULHER SOLTEIRA

Na obra, “Mulher Solteira: do estigma à construção de uma nova identidade”, Nádia Amorim compila vários relatos de mulheres solteiras, elaborando um estudo sobre a autoimagem dessas mulheres.

Grande parte delas não se sente confortável com o fato de estarem sós e reagem negativamente à cobrança da sociedade diante do fato de terem “falhado” na tentativa de formar um lar. Sentem-se desprotegidas e afirmam que um homem ao seu lado lhes garantiria, sobretudo, proteção e segurança financeira, sendo que até mulheres bem sucedidas financeiramente reclamam não ter um homem ao seu lado para protegê-las. Obviamente que nem todas as mulheres ouvidas na entrevista estão infelizes com sua condição. Para muitas, permanecer solteira foi uma escolha dentro de uma gama de opções possíveis às mulheres do mundo moderno.

A maioria das entrevistadas é constituída por universitárias – professoras, enfermeiras, advogadas, assistentes sociais e psicólogas, que vivem a expensas de seus próprios trabalhos; entretanto, para grande parte dessas mulheres o casamento ainda parece essencial e assumir a responsabilidade sobre as próprias vidas é visto como algo terrível e assustador. Inserir-se numa sociedade fortemente calcada nos valores patriarcais, que reserva à mulher unicamente o papel de mãe e esposa, era, portanto, o conflito da mulher da década de 1970.

7 O LUGAR DA MULHER CASADA NOS ANOS 1970

O excerto abaixo retrata o diálogo entre Lia e o motorista particular da mãe de Lorena. Numa conversa informal, Lia questiona o fato de o homem não apoiar a filha que pretende voltar a estudar.

- Só sei que antes de fechar os olhos quero ver a garota casada, é só o que peço a Deus. Ver ela casada.
- Garantida, o senhor quer dizer. Mas ela pode estudar, ter uma profissão e se casar também, não é mais garantido assim? Se casar errado, fica desempregada. Mais velha, com filhos, entende.
- A Loreninha também fala assim, mas vocês são de família rica, podem ter esses luxos. Minha filha é moça pobre e lugar de moça pobre é em casa, com o marido, com os filhos. Estudar só serve pra atrapalhar a cabeça dela quando estiver lavando roupa no tanque. (TELLES, 1985, p. 202)

A filha do chofer pertence à classe de mulheres destinadas ao casamento ou ao estigma de se tornar a solteirona da família – constantemente vigiada pelo meio familiar e vivendo a custa de outrem. Pertence à categoria de mulheres não agraciadas pela sorte de poder estudar e ter uma profissão que lhes permita fugir ao jugo machista dessa sociedade.

Em outro trecho Lia cita o destino de duas tias que não se casaram: [...] - Minha tia avó ficou tão avariada com o peso do sexo que se escondeu num convento, virou freira. Uma outra tia que gostava da polêmica fez tantas que acabou puta. (TELLES, 1985, p. 124)

A fala de Lia nos revela que não havia muitas opções fora do casamento e o quanto era difícil para essas mulheres lutar contra o destino.

Algumas mulheres escolhem a prostituição como opção de vida, por se sentirem donas de seus destinos, tendo uma autonomia jamais sonhada por mulheres impostas pela sociedade.

Muitas prostitutas eram livres. Algumas ganhavam muito bem a vida. Como no tempo das hetairas, a alta galanteria oferecia maiores possibilidades ao individualismo feminino do que a vida da “mulher honesta”. (BEAUVOIR, 1980, p. 129)

Às honestas restava o casamento, às solteiras permanecer à sombra da família ou trancafiar-se em conventos e às outras, que ousavam uma vida diferente estava reservada a marginalidade ou a prostituição.

Havia ainda outra temida categoria – as desquitadas - na qual nenhuma mulher queria ser incluída. O divórcio foi legalizado em 1977, mas a possibilidade de finalizar um casamento infeliz não alcançou grande parte das mulheres da década de 1970.

8 CASAMENTO E SEGURANÇA

Tal qual nos contos de fadas, a boa moça espera que sua obediência e bom comportamento sejam recompensados com a vinda do príncipe que virá libertá-la dos perigos de viver.

Dowling (1981, p. 26) afirma “[...] que as mulheres ainda anseiam por algo externo que venha transformar suas vidas”. Segundo a autora, o desejo de salvação ainda é tão presente nas mulheres modernas quanto nas mulheres da década de 1970 e, não raro, faz com que muitas mulheres recuem diante de seus objetivos, cedendo ante as dificuldades e desafios de uma sociedade que dificulta a sua plena autonomia. Torna-se mais fácil e aceitável se refugiar no casamento.

Teoricamente os avanços alcançados pelas mulheres as colocam em pé de igualdade com os homens assegurando a ambos os mesmos direitos, deveres e oportunidades, resguardando-se apenas as diferenças de gênero como a maternidade, por exemplo, mas ainda que, legalmente, haja leis que amparem e protejam as mulheres somente quem é mulher sente na pele que a prática não corresponde à teoria.

Lorena, Lia e Ana Clara, cada uma a seu modo, são exemplos de mulheres que deram início ao fogo cruzado de ideias velhas e radicais para a época, que repercutem ainda hoje, não mais permitindo às mulheres modernas se refugiar nos antigos papéis.

Lorena pretende encontrar no casamento segurança emocional, Ana Clara, segurança financeira e Lia, repetir o modelo de felicidade presente no casamento de seus pais.

Talvez não pareçam ao leitor estarem preocupadas com a autonomia que a universidade e, conseqüentemente, o mundo do trabalho poderá lhes proporcionar, mas, sem dúvida, são exemplos de mulheres que fogem aos modelos vigentes para a época.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dualidade homem e mulher se traduzem num conflito no qual um dos lados quer impor sua superioridade.

Historicamente, o feminismo tenta compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu de forma a privilegiar o homem e manter a mulher na opressão. Teria mesmo havido mesmo um “matriarcado” ou uma época na qual a mulher foi valorizada como uma companheira em pé de igualdade com o homem?

Alguns autores afirmam que sim, porém o que nos importa é o recorte que estamos realizando, dentro dos anos da década de 1970, no que se refere ao casamento como o destino incontestável das mulheres honestas. Condenada ao lar e à procriação pelo casamento monogâmico e pela sociedade capitalista, pelo dogma católico, pelo estigma do desquite, pela cultura vigente, pela opressão familiar, e pela violência física do marido, torna-se evidente a luta que as mulheres dos anos 70 empreenderam para que hoje, nós, mulheres modernas possamos usufruir de nossos direitos. Trabalhar, estudar, divorciar-se, abrir e gerenciar um negócio, dispor de seu próprio corpo, não se submeter à violência masculina, são conquistas que ainda não são totalmente efetivas em muitos aspectos, mas que revelam a grande mudança que ocorreu na sociedade desde então. As causas pelas quais tantas mulheres lutaram provavelmente muitas não usufruíram dessas mudanças, mas deixaram o seu legado.

Hoje, uma mulher pode decidir se quer se casar ou não, como optar por permanecer solteira ou ainda finalizar um relacionamento e estabelecer um novo, dado que o casamento não legalizado é reconhecido como união dentro do Novo Código Civil assegurando ao casal e aos filhos, se houver todas as garantias legais do casamento civil.

Ana Clara, Lia e Lorena são representantes de um momento histórico de ruptura, no qual os anos 70 aparecem como um grande divisor de águas. Se pensarmos nas mudanças radicais que possibilitaram, não somente a abertura política, mas a abertura de um mundo fechado em si mesmo, no qual as mulheres compreendiam uma das categorias mais oprimidas e discriminadas

da sociedade perceberemos que as mulheres já conquistaram muito, embora ainda haja muito a ser realizado.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Paula. **1977: Sancionada a Lei do Divórcio**. Jornal do Brasil, 2007. Disponível em:
<<http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=6484>>. Acesso em: 02 nov. 2013

AMORIM, Nádia. **Mulher solteira**: do estigma à construção de uma nova identidade. Maceió: EDUFAL, 1992. 192 p.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: difusão Européia do livro, 1960. 313 p.

DOWLING, Collete. **Complexo de cinderela**. 45. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1981. 222 p.

ENGELS, Frederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Lafonte, 2012. 168 p.

OLIVEIRA, Euclides de. **Casamento, separação e divórcio no novo Código Civil**. Família e sucessões. 2002. Disponível em:
<<http://www.familiaesuccessoes.com.br/?p=740>>. Acesso em 15 out. 2013

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p. (História do povo brasileiro)

TELLES, Lygia Fagundes. **As meninas**. 27. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 260 p.